

PESQUISA EM BASE DE DADOS: ANALISANDO PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA

Joilson Silva de Sousa¹

RESUMO: Realizamos uma investigação tendo como princípio a definição do objeto que servira de guia, na busca do que se pretende averiguar. Portanto, a elaboração do Estado da Questão (EQ), contribui para a descoberta e/ou redefinição dos caminhos de pesquisa. Destarte, o objeto desse escrito foi elaborado pelo EQ tendo por alvo os saberes docentes ligados a temática indígena. A pesquisa de caráter bibliográfico, teve como fundamento teórico-metodológico, os escritos de Minayo (2015), Nóbrega-Therrien (2010), artigos científicos da Associação Nacional de História – ANPUH e Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação – ANPED. A pesquisa realizada evidencia a especificidade do objeto de estudo, sendo neste mapeamento, foram escolhidos descritores que pudessem apresentar as categorias de pesquisa. Enaltecemos a importância do EQ, por auxiliar pesquisadores no planejamento de investigações, sendo sinalizadores do aspecto de originalidade necessário as pesquisas nas diversas áreas do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Estado da questão. Bases de dados. História e Cultura Indígena.

Introdução

A construção do Estado da Questão sobre a temática de pesquisa que envolve o ensino de História e a Educação para as Relações Étnico-Raciais buscou relação com os professores de História, seus saberes e práticas com a Temática Indígena brasileira, que constitui interesse de nossa investigação. Este trabalho, é oriundo de pesquisa dissertativa realizada no Programa de Pós-graduação em Educação, na Universidade Estadual do Ceará no período de 2015 a 2017, que tem por título: “Temática Indígena na Escola: saberes experienciais de docentes em história na rede pública municipal de Fortaleza-CE” que pretendeu compreender como ocorre a constituição dos saberes que mobilizam as práticas de docentes em História em uma escola pública municipal da cidade de Fortaleza/Ceará, no tocante à temática indígena brasileira, tendo por marco a Lei 11.645/2008, que torna obrigatório o estudo da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena no contexto da educação básica, prescrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e comemora neste ano 10 anos desde sua promulgação.

Acreditamos que a realização de um Estado da Questão proporciona ao pesquisador uma visão extensa das pesquisas e estudos sobre sua área de interesse, pois, corroborando

¹ Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Ceará; Colégio Estadual Rui Barbosa; joilsondesousa@hotmail.com.

com Silveira (2012), ao se realizar um rigoroso levantamento bibliográfico em diversos bancos de dados e sites de pesquisas, é possível a elaboração de um “inventário” sobre o que já foi pesquisado em relação a uma temática específica, contribuindo para o conhecimento científico da área. Segundo Nóbrega-Therrien; Therrien (2010: 34);

O estado da questão é uma maneira que o estudante/pesquisador pode utilizar para entender e conduzir o processo de elaboração de sua monografia, dissertação ou tese, ou seja, de produção científica com relação ao desenvolvimento de seu tema, objeto de sua investigação. É um modo particular de entender, articular e apresentar determinadas questões mais diretamente ligadas ao tema ora em investigação.

Compreendemos que tal análise contribui ainda na delimitação do problema de pesquisa, tornando o trabalho do estudante-pesquisador bem elaborado, fundamentado e ciente dos caminhos que devem ser percorridos nas opções de contribuição com o que foi apurado ou trilhar novos percursos para contribuir ainda mais com a temática em análise.

Portanto, o EQ: “configura então o esclarecimento da posição do pesquisador e de seu objeto de estudo na elaboração de um texto narrativo, a concepção de ciência e a sua contribuição epistêmica no campo do conhecimento” (NÓBREGA-THERRIEN; THERRIEN, 2004: 9). Consideramos assim, a análise minuciosa dos caminhos percorridos para que as contribuições encontradas pudessem ser fundamentalmente importantes no andamento da pesquisa a ser realizada.

Nesse caso, o pesquisador tem diversas opções para obtenção dos dados do seu Estado da Questão. Silveira; Nóbrega-Therrien (2011: 220-221), nos apontam que

[...] os periódicos online nacionais e/ou internacionais, encontrados em diferentes bases de dados, como Scielo, Wilson Web, Thomson, Scopus, Ilumina etc. É possível, também, fazer levantamento de teses e dissertações nos endereços eletrônicos dos programas de pós-graduação de várias universidades do País. Outra opção válida é a busca em anais de eventos científicos e, ainda, em bibliografia pessoal/profissional. Alguns eventos também disponibilizam o download de trabalhos apresentados em endereços eletrônicos, sendo possível ter acesso a várias publicações organizado por ano de realização.

Alinhado as ideias de Silveira e Nóbrega-Therrien (2011), o pesquisador não pode deixar de informar os meios de busca utilizados e os procedimentos realizados para a análise dos dados encontrados. Assim, acreditamos que possam ser evitadas generalizações e informações equivocadas, tornando sua busca e, conseqüentemente, a pesquisa o mais original possível.

Metodologia Empregada

Buscamos mapear pesquisas voltadas à temática Indígena após a promulgação da lei 11.645/2008, que torna obrigatório, em todo o território brasileiro, o ensino da História e cultura Indígena nas disciplinas de Literatura, Artes e História. Neste trabalho, optamos por direcionar nosso olhar para os saberes e práticas desenvolvidas pelos professores de História, por ser esta a nossa área de formação acadêmica e de atividade profissional.

Ao fazer um levantamento dos estudos publicados sobre a temática supracitada, para conhecermos os direcionamentos que os trabalhos acadêmicos têm tomado, foi realizado um mapeamento bibliográfico em dois locais de busca. Primeiramente no site da Associação Nacional de História - ANPUH, que tem grande prestígio acadêmico para os profissionais formados em História e que possui mais de 50 anos de existência com grande representatividade nacional e em toda a América Latina, com reuniões realizadas a cada dois anos. Nos anais da ANPUH, optamos por verificar as produções do GT (Grupo de Trabalho) “Os índios na História” onde analisamos cada um dos ST’s – Simpósios Temáticos, a saber: ST-073 “História Indígena, Historiografia e Indigenismo: Contribuições, desafios e perspectivas”, ST-069 “História e Indígenas nas universidades: pesquisas e ensino”, ST-111 “Os Índios e o Atlântico” e o ST-011 “A presença indígena na História do Brasil”. Por fim, a pesquisa foi realizada ainda, no site da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED, no GT-21 “Educação e Relações Étnico-Raciais”.

Feita a escolha pelos locais de busca, iniciamos a pesquisa no banco do site da Associação Nacional de História - ANPUH, onde se encontram os anais. Através dos descritores cruzados na busca e o recorte temporal inicial no ano de 2008², (ano de promulgação de lei 11.645/08) até o ano de 2016, onde seguimos com as buscas via *desktop* no laboratório de informática do Programa de Pós-graduação em Educação da UECE e em microcomputador pessoal em nossa residência.

No quadro 1, inserimos os achados de busca sobre a temática em foco, no evento da ANPUH e o resultado não foi diferente, conforme podemos observar a seguir:

² Tomamos como marco o ano de promulgação da lei 11.645/08 criado em 10 de março de 2008, que torna obrigatório o ensino da História e cultura indígena nas escolas do país, acreditando que as discussões sobre a temática se intensificaram no meio acadêmico após a lei supracitada.

Quadro 1 – Trabalhos encontrados no GT “Os índios na História” da ANPUH, no período de 2011 a 2015. Fortaleza/CE, 2015

Reunião da ANPUH		Publicados	Relacionados temática
Ano	Simpósio Temático – ST		
2011	Os Índios e o Atlântico	43	-
2013	A presença Indígena na História do Brasil	32	-
2015	História e Indígenas nas universidades: pesquisas e ensino	24	4
2015	História Indígena, Historiografia e Indigenismo: contribuições, desafios e perspectivas	32	1

Fonte: Elaboração própria (2016).

Diante do exposto, percebemos boa quantidade de artigos no referido evento acadêmico. Contudo, poucos foram os trabalhos relacionados ao nosso tema de estudo, levando em consideração edições do aludido Grupo de Trabalho (Os índios na História), a partir das edições do ano de 2011, somente na edição de 2015 são verificados trabalhos que se aproximam de nossa investigação atinente aos saberes e práticas de professores de História relacionados à temática Indígena brasileira.

Criado no Simpósio Nacional de História da ANPUH, na cidade de Fortaleza em julho de 2009, o Grupo de Trabalho "Os Índios na História", promove para os eventos uma

organização de Simpósios Temáticos – ST assumindo nomes que façam referência ao Grupo de Trabalho – GT “Os Índios na História”. No ano de 2015 observamos a inserção de dois Simpósios temáticos, vinculados ao referido GT que foram: O Simpósio Temático – 069 “História e indígenas nas universidades: pesquisas e ensino” e o Simpósio Temático – 073 “História Indígena, Historiografia e Indigenismo: contribuições, desafios e perspectivas”.

Podemos observar que depois de sua criação em 2009, o GT – “Os índios na História” não receberam publicações sobre a temática Indígena e sua relação com o cotidiano escolar da educação básica, obtendo resultados apenas no último evento realizado, porém, ainda com um número pouco expressivo, nos fazendo inferir que mesmo após nove anos da promulgação da lei 11.645, a temática supracitada ainda não se tornou assunto amplamente difundido no meio acadêmico.

No quadro 2, apresentamos os dados encontrados nos anais dos eventos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação-ANPED no GT-21 “Educação e Relações Étnico-Raciais”, que apresentam o menor número de textos que fazem referência a nossa linha de pesquisa:

Quadro 2 – Trabalhos encontrados no GT “Educação e Relações Étnico-Raciais” da ANPED, no período de 2009 a 2015. Fortaleza/CE, 2016

Reunião da ANPED – GT-21		Trabalhos publicados	Trabalhos sobre a temática
Ano	Local do Evento		
2009	Caxambu-MG	9	-
2010	Caxambu-MG	13	1
2011	Natal-RN	30	-
2012	Porto de Galinhas-PE	22	1
2013	Goiânia-GO	18	-
2015	Florianópolis-SC	29	1

Fonte: Elaboração própria (2016).

Anteriormente presente na categoria de Grupo de Trabalho, o GT-21 da ANPED tinha em suas bases de dados duas denominações, “Afro-Brasileiros e Educação e Educação e Relações Étnico-Raciais”, que no ano de 2009 passou a se chamar exclusivamente “Educação e Relações Étnico-Raciais”. Durante o levantamento de dados, encontramos, nos registros do GT-21 da ANPED, que as mudanças decorrentes da nomenclatura do aludido Grupo de Trabalho expressam um movimento de uma hermenêutica de cunho político e epistemológico entre seus integrantes e ainda, a intenção da ampliação de abrangência para o recebimento de trabalhos referentes à temática Indígena.

Para alcançarmos o maior número de trabalhos possível que fizessem referência a nossa linha de pesquisa, e alinharmos a perspectiva do recorte temporal desta análise, buscamos trabalhos das reuniões anuais da ANPED desde o ano de 2009, ano em que o GT passa a ter nomenclatura que aborda também nossa temática de pesquisa e o ano seguinte de promulgação de lei 11.645/2008 na expectativa de que os trabalhos iniciem suas discussões após esta.

No primeiro momento entramos em contato por e-mail através do endereço eletrônico da ANPED, *anpedgt@gmail.com*, onde fomos orientados como encontraríamos, de modo sistemático, todos os trabalhos do GT-21. Mesmo encontrando nos títulos de muitos trabalhos a nomenclatura “Étnico-Racial” foram lidos os resumos na tentativa de identificar se os textos presentes nos anais de cada evento abordavam a temática Indígena numa relação com o ensino de História ou os saberes e práticas dos professores de História o que se confirmou quando percebemos uma grande quantidade de trabalhos voltados à temática Africana e Afro-brasileira.

Observamos que os trabalhos apresentados desde a criação do GT-21, mesmo tendo um quantitativo satisfatório, apenas três trabalhos estabelecem relação com nossa proposta de pesquisa, ao que podemos afirmar que verificar a implementação da lei 11.645/2008 estabelecendo relação com o ensino de História e Cultura Indígena na educação básica tendo no professor o papel de protagonista ao expressar seus métodos de ensino, trabalhos desenvolvidos e suas inquietações sobre a temática supracitada, ainda figura como incipiente durante quase uma década após a promulgação da referida lei.

Resultados de pesquisa

Escritos Acadêmicos no portal da ANPUH.

A análise da base de dados do site da ANPUH nacional apontou para a possibilidade de uma análise referente à matéria Indígena nas edições de 2011, 2013, 2015. Pois a data de

criação do Grupo de Trabalho “Índios na História” aconteceu no evento do ano de 2009, considerando as edições bienais do evento acadêmico, contabilizam-se três edições de um dos mais importantes eventos acadêmicos de profissionais formados em História em todo o país.

Nos eventos de 2011 e 2013, dos 76 trabalhos que totalizaram as duas edições, não foram encontrados trabalhos pertinentes ao nosso tema. Aspectos relacionados à matéria Indígena e ao ensino de História foram encontrados em todos os trabalhos, porém, não tinham relação com a tese de pesquisa de nosso projeto. Pesquisas relacionadas a outros assuntos foram observados como: ensino de História na licenciatura Indígena, Etnias Indígenas específicas como Guarany, Xerentes, Kaiabi, Tapuia, Índios no período republicano, políticas de saúde nas comunidades Indígenas, Serviço de proteção aos Índios, Indígenas imigrantes, movimentos Indígenas e relações políticas, Aldeamentos Indígenas, aspectos antropológicos, resistências Indígenas, trabalho Indígena na formação de cidades, presença Indígena nas guerras, relação com os jesuítas, foram produções encontradas nas duas edições.

Na edição de 2015, a ANPUH promoveu dois grupos de trabalhos a fim de dinamizar e sistematizar as pesquisas. O ST-073 “História Indígena, Historiografia e Indigenismo:

Contribuições, desafios e perspectivas” e o ST-069 “História e Indígenas nas universidades: pesquisas e ensino. Destes dois grupos temos um total de 46 trabalhos sendo muitos deles pesquisas relacionadas com a cultura política de líderes Indígenas na Bahia, conflitos de territorialidade, visões europeias sobre os Indígenas que viviam na costa brasileira, a presença de Indígenas no extremo norte do país, percepções sobre imagens Indígenas, aldeamentos Indígenas dentre outros. Apenas quatro trabalhos deste total relacionam-se com nosso estudo, considerando ainda serem resumos publicados nos cadernos dos eventos, a pesquisa nos mostrou que os trabalhos relacionados ao nosso estudo, não foram ampliados para artigo completo e que tais resumos não forneceram os referenciais teóricos nos quatro trabalhos encontrados.

No ST-073 “História Indígena, Historiografia e Indigenismo: Contribuições, desafios e perspectivas”, foi encontrado apenas um único trabalho, onde Silva (2015) faz uma abordagem sobre os limites e possibilidades da lei. 11.645/08. Nesta pesquisa de análise documental, podemos destacar o “novo desenho” do currículo escolar das escolas de educação básica na tentativa de uma melhor abordagem dos assuntos étnico-culturais nas escolas. A pesquisa realizada em uma escola na cidade de Imperatriz-MA traz como resultado a afirmação de que o currículo da escola em destaque, ainda não estava adaptado à legislação educacional vigente. O autor considera ser fundamental políticas que possibilitem uma formação inicial e continuada que leve em conta a diversidade cultural existente no país. Em

outras palavras podemos perceber que muitas escolas ainda não adaptaram seus currículos para contemplar o estudo da História e cultura Indígena no Brasil e que os professores que já estão em sala de aula e estão vivenciando estas mudanças curriculares necessitam de formações específicas para trabalharem com a temática supramencionada.

No ST-069 “História e Indígenas nas universidades: pesquisas e ensino”, aparentemente não tem a perspectiva de temas voltados para a educação básica, mas o intuito de pesquisa sobre a questão Indígena neste grupo de trabalho tornou-se possível na intenção de observar todas as possibilidades e ainda como fator preponderante à inserção da Lei 11.645/08 nas justificativas do grupo temático. Para nossa surpresa, quatro trabalhos foram encontrados neste GT, podendo ainda considerar de maior significação, o de Saraiva e Silva (2015), que traz um estudo sobre a prática docente em uma escola municipal em Altamira-PA, a qual tem uma boa parcela de seus alunos Indígenas da etnia Xipava e Curuaia, justificativa contundente para a escola trabalhar a valorização do multiculturalismo. O objetivo de pesquisa inicial foi a identificação do estudo da prática docente e as dificuldades na implementação da lei 11.645/08, assim como as representações dos docentes sobre os Indígenas locais.

O trabalho de Jesus (2015) e Brighenti (2015) trazem propostas semelhantes em uma observação documental e as ações de implementação nos currículos na expectativa de mudanças estruturais. O Trabalho de Brighenti (2015) relata em uma de suas propostas o aprofundamento nas inter-relações de saberes que transitam no universo escolar, pretendendo que as mudanças não se limitem apenas à legislação educacional vigente, mas na transformação de centros de ensino em lugares de múltiplos saberes.

O trabalho de Carmo (2015) tem como foco de estudo as experiências de professores em diversos municípios da Bahia, para implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08, que trabalham as temáticas Afro-Brasileiras e Indígenas com objetivo de mapear as estratégias, práticas e fazeres para a criação de novas metodologias, temas e atividades, a estarem presentes na formação continuada, e na reestruturação dos processos de ensino e aprendizagem nas escolas da Educação Básica.

As investigações aqui descritas, portanto, se configuram importantes para o conhecimento da produção já existente, mostrando o cenário de pesquisas sobre o tema Indígena na atualidade. O que reforça a importância de nossa pesquisa diante da tão evidente escassez de pesquisas sobre a temática em foco.

Textos publicados no Portal da ANPED.

Na 32ª edição do evento da ANPED “Sociedade, Cultura e Educação: novas regulações”? O GT-21 “Educação e Relações Étnico-Raciais”, contou com nove trabalhos apresentados. Realizamos a leitura dos títulos e resumos dos escritos no *site* do evento. Contudo, nenhum dos artigos fazia referência à questão Indígena brasileira. Todos os trabalhos abordavam a tese Afro-Brasileira e/ou Africana com as seguintes perspectivas: Lei 10.639/2003, Epistemologias Afro-Brasileiras, práticas pedagógicas antirracistas para com os negros, a relação dos negros em determinadas escolas públicas no Brasil, relação Educação e Africanidades e ainda, museologia e identidade a partir da perspectiva da Diáspora Africana.

Na 33ª reunião da ANPED “Educação no Brasil: o balanço de uma década”, dos treze trabalhos apresentados neste evento, apenas o trabalho de Ana Cristina Cruz (2010) fazia referência ao nosso tema de estudo. O trabalho GT21-6038, intitulado “Dimensões de educar para as relações étnico-raciais: refletindo sobre suas tensões, sentidos e propostas”. O referido trabalho traz uma análise sobre as experiências de educar para as relações étnicoraciais na sociedade brasileira. A autora analisa projetos que alcançaram expressividade no Prêmio Educar para a Igualdade Racial, organizado pelo Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT. Logo, buscamos compreender a relação que a autora faz no que se refere às concepções de escola, diversidade e cultura, nas experiências vividas por professores.

Todos os demais trabalhos estão ligados exclusivamente à questão étnica negra, dentro de perspectivas de currículo universitário – racismo – livro didático – ensino religioso – práticas pedagógicas dentro de comunidades quilombolas – políticas públicas relacionadas às cotas raciais.

Durante a 34ª edição em 2011, com o título “Educação e Justiça Social”, dos trinta trabalhos apresentados, o que nos fez perceber um crescimento quantitativo expressivo do número de textos aprovados no evento, nenhum tinha relação com nossa proposta de pesquisa. No entanto, nos chamou a atenção um trabalho que trata da questão Indígena cujo título é: “Identidades/Diferenças Indígenas nas teias de um currículo universitário”. Contudo, como o próprio título diz e ainda após a leitura do resumo do mesmo, fica clara a perspectiva voltada para alunos Indígenas e cotistas em uma universidade pública sobre suas percepções em torno do currículo universitário.

A 35ª edição da reunião anual da ANPED: “Educação, Cultura, Pesquisa e Projetos de Desenvolvimento: o Brasil do século XXI” teve apenas um trabalho que apresentou relação com a perspectiva proposta por nós acerca da temática Indígena, em relação aos vinte e dois trabalhos apresentados neste evento no GT-21. O trabalho “Os conceitos de Multiculturalismo

e Interculturalidade e a Ressignificação do Currículo”, de José Licínio Backes (2012), faz um levantamento de 52 trabalhos apresentados no GT-21 da ANPED, na tentativa de identificar como estão sendo abordados os conceitos de Multiculturalismo e Interculturalidade e como seu uso contribui para a ressignificação do currículo. Logo, este trabalho contribui para nossa perspectiva, principalmente no que diz respeito ao conceito de Interculturalidade e os objetivos pretendidos em relação ao currículo.

Outro trabalho próximo à perspectiva de nosso estudo foi: “Saberes tradicionais e as possibilidades de seu trânsito para os espaços escolares”. Contudo, mesmo relacionado à cultura Indígena, aos saberes e ao ensino escolar, o referido texto traz análises da Educação Escolar Indígena, perspectiva essa que acontece dentro de comunidades Indígenas Guarani e kaioiwá. As demais propostas estavam relacionadas à cultura Afro-Brasileira e Africana.

No ano de 2013, a 36ª edição anual da ANPED “Sistema Nacional de Educação e Participação Popular: desafios para as políticas educacionais” trouxe no GT-21 cerca de dezoito trabalhos para serem apresentados. Entretanto, nenhum deles fazia referência a nossa linha de pesquisa. Três trabalhos apresentaram propostas relacionados à Cultura Indígena: “A Construção de um Diálogo Intercultural com Indígenas por meio da Pesquisa-ação não convencional”; “Os Circuitos de Trabalho Indígena: os profissionais Indígenas como novos sujeitos da gestão de políticas públicas” e “Formação, Pesquisa e Prática Pedagógica dos/as Professores/as Indígenas”. Porém, os resumos desses trabalhos apontam para reflexões sobre as Formações Indígenas em nível superior e a relação entre alunos de ensino superior Indígena com não indígenas no contexto universitário.

Por fim, a 37ª edição a ANPED, no ano de 2015 em caráter bienal, com o título “PNE: Tensões e perspectivas para a educação pública brasileira” apresentou no GT-21, o total de vinte e nove trabalhos, tendo um único trabalho relação próxima com nossa pesquisa. O trabalho “Identificações Étnico-Raciais: um estudo exploratório nas escolas municipais de pesqueira/PE” de Maria da Penha da Silva (2015), traz em seu texto uma excelente discussão teórica relacionada aos aspectos Indígenas na educação básica, superior e formação de professores, encontrando, inclusive, referenciais teóricos que se alinham aos nossos estudos durante elaboração deste escrito dissertativo.

Foram encontrados ainda, trabalhos voltados para a História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nos aspectos literários, análise de materiais didáticos, mídias jornalísticas, estudos da arte voltados ao GT-21 da ANPED sobre formação de professores inicial e continuada e políticas educacionais sobre a História e Cultura Africana e Afro-Brasileira e acerca das cotas para as universidades. Outros trabalhos que abordavam a Cultura Indígena

foram encontrados, porém, numa abordagem direcionada ao ensino superior nas licenciaturas interculturais e materiais pedagógicos direcionados para a formação de professores Indígenas em suas comunidades.

Considerações Finais

A temática indígena e os saberes e práticas sobre o cotidiano escolar, desponta para a compreensão de duas variantes. Em primeiro, a temática indígena a ser ensinada nas “escolas diferenciadas” (termo atribuído pelo MEC), inseridas nas comunidades Indígenas em várias regiões do país, o que não é o nosso foco de estudo, pois as mesmas possuem legislação diferente das ofertadas pelas escolas de ensino regular (escolas não indígenas), e há muito tempo valorizam a História e cultura de sua própria etnia nas escolas inseridas em várias comunidades. Em segundo lugar, (e este é nosso campo de observação) a investigação da temática Indígena abordando as várias etnias pertencentes ao país na educação básica de ensino regular, que passaram ser ensinadas de maneira obrigatória após a promulgação da lei 11.645/2008, que estabelece tais concepções para as escolas de ensino básico, particulares e públicas de todo o país.

Dentre os estudos mapeados, podemos perceber que os trabalhos dos Simpósios Temáticos da ANPUH contribuíram trazendo novos olhares para os debates acerca das políticas educacionais em outros locais do país sobre a questão Indígena e ainda as práticas desenvolvidas por professores de História, na tentativa de implementação do que diz a lei 11.645/08, e neste sentido, apresentando semelhanças com nossa pesquisa quanto aos objetivos, enfoque na legislação (lei 11.645/08) e no que concerne as práticas pedagógicas sobre a temática Indígena brasileira.

Considerando o que foi apresentado, fechamos este texto afirmando que a produção do Estado da Questão sobre o nosso tema de investigação foi muito importante. Sua realização nos proporcionou o conhecimento sobre as produções científicas relacionadas à nossa pesquisa, reforçando ou redirecionando as nossas categorias teóricas, possibilitando conhecimento de referenciais fundamentais aos estudos realizados para o embasamento do texto ora escrito.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Presidência da República. **Lei nº. 11.645**, de 10 de Março de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em: 1 mai. 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 34 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

NÓBREGA-TERRIEN, Sílvia Maria; TERRIEN, Jacques. O Estado da Questão: aportes teóricos-metodológicos e relatos de sua produção em trabalhos científicos. In: FARIAS, Isabel Maria Sabino de; NUNES, João Batista Carvalho; NÓBREGA-TERRIEN, Sílvia Maria. **Pesquisa Científica para Iniciantes: caminhando no labirinto**. Fortaleza: EdUECE, 2010.

REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 32., 2009, Caxambu. **Anais...** Caxambu, (MG): ANPED, 2009. Disponível em: <http://32reuniao.anped.org.br/trabalho_gt_21.html>. Acesso em: 10 jun. 2017.

REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 33., 2010, Caxambu. **Anais...** Caxambu, (MG): ANPED, 2010. Disponível em: <<http://33reuniao.anped.org.br/internas/ver/trabalhos-gt21>> Acesso em: 10 jun. 2017.

REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 34., 2011, Natal. **Anais...** Natal, (RN): ANPED, 2011. Disponível em: <<http://34reuniao.anped.org.br/index.php>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 35., 2012, Porto de Galinhas. **Anais...** Porto de Galinhas, (PE): ANPED, 2012. Disponível em: <<http://35reuniao.anped.org.br/trabalhos/133-gt21>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 36., 2013, Goiânia. **Anais...** Goiânia, (GO): ANPED, 2013. Disponível em: <<http://36reuniao.anped.org.br/trabalhos/179-trabalhos-gt21-educacao-e-relacoes-etnico-raciais>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37., 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, (SC): ANPED, 2015. Disponível em: <<http://37reuniao.anped.org.br/trabalhos/>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, (SC): ANPUH, 2015. Disponível em: <<http://www.snh2015.anpuh.org/simposio/public>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, (SC): ANPUH, 2015. Disponível em: <<http://www.snh2013.anpuh.org/simposio/public>> Acesso em: 11 nov. 2015.

SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, (SC): ANPUH, 2015. Disponível em: <<http://www.snh2011.anpuh.org/simposio/public>>. Acesso em: 11 nov. 2015.